



**Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento**

**IEP 870 – POLÍTICAS PÚBLICAS, AÇÕES AFIRMATIVAS E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NAS ORGANIZAÇÕES**  
**Prof. Dr. Dyego de Oliveira Arruda**



**Objetivo:**

Partindo de uma concepção preliminar acerca do conceito e principais questões que atravessam a configuração do Estado e das políticas públicas, a disciplina tem como objetivo *problematizar o significado, a trajetória e as modalidades das políticas de ação afirmativa que pretendem ressignificar a condição de vulnerabilidade de grupos historicamente subalternizados em função dos marcadores sociais da diferença, a exemplo do aspecto racial*. Em suma, a presente disciplina está estruturada em três “eixos”: **o eixo 1**, em que se discutirá o conceito e principais teorias que nos permitirão compreender a configuração contemporânea do Estado e das políticas públicas; **o eixo 2**, cujo foco será compreender as características e principais aspectos que atravessam as políticas de ação afirmativa e as políticas de cotas, em particular, com destaque para os efeitos e características da implementação das leis nº 12.711/2012 (cotas sociorraciais no acesso à graduação e ao ensino técnico), nº 12.990/2014 (cotas raciais nos concursos públicos federais) e demais dispositivos institucionais que possibilitaram (ou não) a institucionalização de cotas em outros contextos (tais como na pós-graduação) no Brasil e; **o eixo 3**, cuja ênfase será compreender quais as intencionalidades e principais questões que atravessam a presença (ou ausência) de pessoas negras em determinados contextos organizacionais (incluindo o empresarial), problematizando, a partir de um viés crítico, a ideia de “gestão da diversidade” nas organizações. Muito embora os temas que serão discutidos ao longo da disciplina estejam sobretudo centrados na dimensão racial, isso notadamente não impede que sejam considerados, ao longo do curso, as questões que envolvam outros marcadores sociais da diferença, a exemplo do gênero e da sexualidade. De uma maneira geral, a disciplina é destinada às/aos mestrandas/os, doutorandas/os, ativistas, gestoras/es e demais pessoas interessadas em debater e (re)pensar, de maneira crítica e a partir de um viés epistemológico que se aproxima do paradigma decolonial, os caminhos a partir dos quais é possível (re)valorizar a diversidade e, portanto, unir forças no combate ao racismo e às demais formas de intolerância na sociedade brasileira contemporânea.

**Programa e bibliografia**

**TEMA 1 – PAVIMENTANDO OS CAMINHOS REFLEXIVOS DA DISCIPLINA: A PERSPECTIVA DO RACISMO ESTRUTURAL**

*- Bibliografia básica (crucial para o debate da aula):*

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

Entrevista concedida por Silvio Almeida, em 22/06/2020, ao Programa Roda Viva, da TV Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw>

*- Bibliografia complementar:*

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

**TEMA 2 – MODELOS DE ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS PARA O DEBATE**

*- Bibliografia básica (crucial para o debate da aula):*

MATOS PINTO, Isabela. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 27-36, 2008. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3832/1960>

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.  
<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

*- Bibliografia complementar:*

ARRUDA, Dyego de Oliveira; SANTOS, Caroline Oliveira. As políticas públicas e os corpos subalternizados em tempos de pandemia: reflexões a partir da implementação do auxílio emergencial no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 2, p. 143-154, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/csu.2020.56.2.03>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política. **Lua Nova**, v. 100, p. 155-185, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-155185/100>

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 2, p. 5-32, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v49i2.364>

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; BORTOLOTO, Claudimara. O conceito de equidade no desenho de políticas sociais: pressupostos políticos e ideológicos da proposta de desenvolvimento da CEPAL. **Revista Interface**, v. 15, n. 38, p. 793-803, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832011000300014>

### **TEMA 3 – O CONCEITO E A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA**

*- Bibliografia básica (crucial para o debate da aula):*

FERES JÚNIOR, João *et al.* **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. (Ler Caps. 1 e 2 – p. 13-41). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477>

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC e UNESCO, 2007, p. 47-82. Disponível em: [https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes\\_afirm\\_combate\\_racismo\\_americas.pdf](https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf)

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista; BRITO, José Eustáquio. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.258226>

ZEGARRA, Mónica Carrillo. Ações afirmativas e afro-descendentes na América Latina: análise de discursos, contra-discursos e estratégias. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC e UNESCO, 2007, p. 335-357. Disponível em: (vide link acima – mesmo livro).

*- Bibliografia complementar:*

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300011>

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC e UNESCO, 2007, p. 35-45.

VIEIRA JÚNIOR, Ronaldo Jorge A. Rumo ao multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC e UNESCO, 2007, p. 83-101.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC e UNESCO, 2007, p. 307-334.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>

### **TEMA 4 – POLÍTICA DE COTAS E O CARÁTER PARADIGMÁTICO DESTES TIPO DE AÇÃO AFIRMATIVA**

*- Bibliografia básica (crucial para o debate da aula):*

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v4i2.515>

FERES JÚNIOR, João *et al.* **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. (Ler Cap. 4 – p.



**Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento**

**IEP 870 – POLÍTICAS PÚBLICAS, AÇÕES AFIRMATIVAS E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NAS ORGANIZAÇÕES**  
**Prof. Dr. Dyego de Oliveira Arruda**



65-84). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477>

FREITAS, Jefferson B. et al. **Políticas de ação afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2018)**.

Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP/UERJ, 2020, p. 1-33. Disponível em:

<http://gema.iesp.uerj.br/levantamentos/politicas-de-acao-afirmativa-nas-universidades-federais-e-estaduais-2013-2018/>

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm)

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (incluindo as alterações provocadas pela lei nº 13.409/2016). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm)

- *Bibliografia complementar:*

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 203, de 23 de junho de 2015.

**Boletim do Poder Judiciário**, 2015. Disponível em:

[https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_203\\_23062015\\_12112015184402.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_203_23062015_12112015184402.pdf)

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 170, de 13 de junho de 2017. **Boletim do Ministério Público**, 2017. Disponível em:

<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-170.pdf>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. Acórdão – Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 41/2017.

**Boletim do Supremo Tribunal Federal**, 2017. Disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13375729>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. Acórdão – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186/2012. **Boletim do Supremo Tribunal Federal**, 2012. Disponível em:

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>

MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018**. Regulamenta as Comissões de Heteroidentificação. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9714349/do1-2018-04-10-portaria-normativa-n-4-de-6-de-abril-de-2018-9714345](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9714349/do1-2018-04-10-portaria-normativa-n-4-de-6-de-abril-de-2018-9714345)

VENTURINI, Anna Carolina. **Ações afirmativas nos Programas de Pós-graduação Acadêmicos de Universidades Públicas (2002-2018)**. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), UERJ, 2019, p.1-31. Disponível em:

<http://gema.iesp.uerj.br/levantamentos/acoes-afirmativas-nos-programas-de-pos-graduacao-academicos-de-universidades-publicas/>

SILVA, Tatiana Dias; LOPEZ, Felix Garcia. **Cor ou Raça do Serviço Civil Ativo do Executivo Federal (1999-2020)**.

Publicação Preliminar – IPEA. 2021. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37508:2021-02-12-21-14-45&catid=456:2021&directory=1](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37508:2021-02-12-21-14-45&catid=456:2021&directory=1)

## **TEMA 5 – POTÊNCIAS E QUESTÕES OUTRAS QUE EMERGEM DA POLÍTICA DE COTAS E DAS AÇÕES AFIRMATIVAS**

- *Bibliografia básica (crucial para o debate da aula):*

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 78-105.

MATTOS, Wilson Roberto de. Ubuntu: por uma outra interpretação de ações afirmativas na universidade. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 307-325.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento**



**afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 213-237.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; BORGES, Antonádia. Um projeto decolonial antirracista: ações afirmativas na pós-graduação da Universidade de Brasília. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.253119>

BRAZ, Laís Müller et al. Ações afirmativas e desempenho acadêmico: uma análise da Universidade Federal do Piauí. **Textos para discussão GEMAA**, n. 20, p. 1-22, 2019. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/textos-para-discussao/td20/>

- *Bibliografia complementar:*

BULHÕES, Lucas Mateus Gonçalves; ARRUDA, Dyego de Oliveira. Análise do desempenho de cotistas negros e não cotistas nos concursos públicos para cargos de Técnico Administrativo em Educação da UFRJ. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 34, p. 711-730, 2020. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/872>

SILAME, Thiago Rodrigues; MARTINS JÚNIOR, Hernani; FONSECA, Agnaldo Henrique Silva. O efeito das cotas: desempenho acadêmico dos estudantes cotistas da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 33, p. 1-36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.193375>

CARVALHO, José Jorge de. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Paulo, v. 1, n. 42 e 43, p. 303-340, 2003. Disponível em: [http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufscar\\_artigo\\_2003\\_JJdeCarvalho.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufscar_artigo_2003_JJdeCarvalho.pdf)

## **TEMA 6 – RACISMO, VIOLÊNCIAS E BARREIRAS À POLÍTICA DE COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS**

- *Bibliografia básica (crucial para o debate da aula):*

BULHÕES, Lucas Mateus Gonçalves; ARRUDA, Dyego de Oliveira. Cotas raciais em concursos públicos e a perspectiva do racismo institucional. **Revista Nau Social**, v. 11, n. 20, p. 5-19, 2020. <http://dx.doi.org/10.9771/ns.v11i20.35672>

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 161-184, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010007>

MELLO, Luiz; SANTOS, Eduardo Gomor dos. A revisão da lei 12.711/2012: ações afirmativas em disputa no Congresso Nacional. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 2, p. 530-546, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v25n2p530-546>

COUTINHO, Gabriela dos Santos; ARRUDA, Dyego de Oliveira; OLIVEIRA, Talita de. A política de cotas nos segmentos da educação básica no Colégio Pedro II. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.254900>

ÂNGELO, Cristina Aparecida Pimenta dos Santos; SOUZA, Mário Luiz de; ARRUDA, Dyego de Oliveira. Dilemas e desafios em torno da inclusão de pessoas negras a partir das cotas raciais em concursos públicos. **Revista Barbarói**, v. 1, n. 61, p. 85-101, 2022. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/16329>

ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. Re-existências: notas de uma antropóloga negra em meio a concursos públicos para o cargo de magistério superior. **Revista de Antropologia da USP**, v. 64, n. 3, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189647>

- *Bibliografia complementar:*

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos federais para docentes e ações afirmativas para candidatos negros. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 175, p. 8-28, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053146788>

SANTOS, Edmilson Santos dos *et al.* Racismo institucional e contratação de docentes nas Universidades Federais brasileiras. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.253647>

FERNANDES, Rosane Rosa Dias *et al.* Desafios à reserva de vagas para negros em concursos públicos para docentes em instituições federais de ensino. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.254846>

## **TEMA 7 – A BRANQUITUDE, AS COTAS, AS AÇÕES AFIRMATIVAS E A (DES)NATURALIZAÇÃO DE**





**Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento**

**IEP 870 – POLÍTICAS PÚBLICAS, AÇÕES AFIRMATIVAS E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NAS ORGANIZAÇÕES**  
**Prof. Dr. Dyego de Oliveira Arruda**



**PRIVILÉGIOS**

- *Bibliografia básica (crucial para o debate da aula):*

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e poder: a questão das cotas para negros. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC e UNESCO, 2007, p. 165-177.

MELO, Willamys da Costa; SCHUCMAN, Lia Vainer. Mérito e mito da democracia racial: uma condição de (sobre)vivência da supremacia branca à brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 14-23, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59991>

COSTA, Eliane Silvia; SCHUCMAN, Lia Vainer. Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: o pardo e as ações afirmativas. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 466-484, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68631>

- *Bibliografia complementar:*

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. **Tese (Doutorado em Psicologia)** – Instituto de Psicologia da USP. 2012. 160f. São Paulo: IP/USP, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>

**TEMA 8 – OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL**

- *Bibliografia básica (crucial para o debate da aula):*

SARAIVA, Luiz Alex Silva; IRIGARAY, Helio Arthur dos Reis. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, p. 337-348, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902009000300008>

SANTANA, Ivo de. Executivos negros em organizações bancárias de Salvador: dramas e tramas do processo de ascensão social. **Revista Afro-Ásia**, n. 23, p. 195-234, 2000. <http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i23.20983>

SILVA, Tatiana Dias. Gestão Pública na Zona do Não Ser: políticas públicas, igualdade racial e administração pública no Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 2, p. 148-159, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5347>

- *Bibliografia complementar:*

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. **Tese (Doutorado em Psicologia)** – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). 2002. 169f. São Paulo: IP/USP, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>